

EDITORIAL

Prezado leitor,

Neste ano de 2023, a Advocacia-Geral da União completa 30 anos de existência. Ao longo dessas 3 décadas, a AGU passou por profundas transformações, sempre em busca de aprimorar o desempenho de suas atribuições institucionais e de contribuir para a consolidação do Estado Democrático de Direito constituído pela Carta de 1988. Hoje, podemos atestar o amplo reconhecimento da AGU como instituição que proporciona soluções seguras, efetivas e inovadoras para a proteção jurídica do Estado brasileiro, em benefício de toda a sociedade. Ao tempo que celebra esse importante marco, a Escola Superior da AGU reafirma seu compromisso de promover e disseminar a educação para a segurança jurídica do Estado brasileiro, missão institucional que envolve a divulgação do conhecimento científico relacionado à Advocacia Pública por meio da Revista da AGU.

No presente número, referente ao 1º trimestre do ano de 2023, a Revista da AGU contempla artigos recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”, em consonância com as normas editoriais adotadas pelo periódico.

No primeiro deles, Alyre Pinto e Lídia Ribas sustentam, a partir do modelo de Estado Constitucional Cooperativo proposto por Peter Häberle, a imprescindibilidade da cooperação internacional entre os diversos países para a efetividade dos direitos humanos à água e ao saneamento.

Ana Paula Krug e Rogério Leal dissertam sobre os desafios enfrentados pelo regime da democracia representativa diante de um cenário de desconfiança em relação às instituições democráticas, marcado pelo fenômeno da corrupção que atinge o setor público.

Arthur Teixeira, Valdez Farias e Zenildo Bodnar investigam em que medida a regularização fundiária de bens públicos constitui instrumento hábil de governança para garantir o direito à moradia digna e o desenvolvimento urbano sustentável no contexto complexo de vulnerabilidade urbana.

Gastão Franco e Aurélio Silva examinam a aplicabilidade da Súmula n. 377 do Supremo Tribunal Federal às controvérsias atuais

sobre a comunicação de bens adquiridos na constância de casamentos submetidos ao regime da separação obrigatória.

Partindo das concepções de deliberação qualitativa e de democracia deliberativa apresentadas, respectivamente, por James Fishkin e Jürgen Habermas, os autores Henrique Cardoso, Filipe Menezes e Mateus Santos criticam a concentração de atribuições decisórias na Presidência e no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com foco na atividade regulatória exercida sobre as relações securitárias, o trabalho de Irapuã Beltrão aborda as modificações observadas nas condições de contratação a partir da crise do modelo de Estado liberal clássico e do surgimento de diversos instrumentos de intervenção pública na esfera privada.

Em pesquisa que combina informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com autoridades públicas e da análise de 128 decretos editados entre 2009 e 2018, James Vieira avalia o processo de construção jurídica das políticas públicas no âmbito do Poder Executivo brasileiro, constatando a reduzida conformidade dos atos presidenciais analisados com as melhores práticas regulatórias.

Jeferson Oliveira e Cristiano de Oliveira debatem sobre a importância da atividade regulatória para o desenvolvimento socioeconômico nacional e os riscos de captura do poder político pelo poder econômico, o que pode comprometer a concretização do objetivo constitucional de promover o bem-estar e a justiça sociais.

Por fim, Sandro Dezan e Dante Parente averiguam os limites e as condições para a incidência do princípio da aplicação retroativa da lei mais benéfica no âmbito do direito administrativo sancionador.

A Escola Superior da AGU agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar os trabalhos científicos ora publicados, propondo a leitura da Revista da AGU eletrônica, disponível em: <http://seer.agu.gov.br>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio
Coordenador-Geral de Gestão de Pós-graduação da
Escola Superior da AGU